



**PODER JUDICIÁRIO**

**JUSTIÇA DO TRABALHO - TRT 18ª Região**

**FICHA DE IDENTIFICAÇÃO ACERVO DOCUMENTAL**

<b>TÍTULO</b>	Reclamação Trabalhista
<b>CAIXA NÚMERO</b>	CC-0006
<b>ORIGEM</b>	1ª Junta de Conciliação e Julgamento
<b>NÚMERO</b>	260
<b>ANO</b>	1995
<b>DATA</b>	23 de março de 1993
<b>DIMENSÕES</b>	100 fls.
<b>JUIZ DO TRABALHO</b>	Sebastião Alves Martins
<b>JUIZ CLASSISTA EMPREGADORES</b>	Geraldo de Bastos
<b>JUIZ CLASSISTA EMPREGADOS</b>	Reinan Ferreira da Rocha
<b>OBJETOS</b>	Aviso prévio, 13º salário proporcional, férias proporcionais, abono de férias, horas extras, FGTS, multa de 40% do FGTS e seguro-desemprego.
<b>DECISÃO</b>	Procedente em parte
<b>NÍVEL</b>	<b>PROCESSO</b>
<b>PRODUTOR</b>	TRT 18ª Região
<b>RECLAMANTE</b>	Ângela Maria R. dos Santos
<b>RECLAMADO</b>	Jussara Gomes Duarte (Natura Polpa de frutas)
<b>RESUMO</b>	<p>A Reclamante alegou ser admitida em 25/07/1994 para trabalhar como supervisora de produção e secretária. Declarou ter sido dispensada injustamente em 25/09/1994. Postulou o pagamento de aviso prévio, 13º salário proporcional, férias proporcionais, abono de férias, horas extras, FGTS, multa de 40% do FGTS e seguro-desemprego. Alegou estar em estabilidade provisória (gravidez) quando da despedida, pleiteando a reintegração ao emprego.</p> <p>O Colegiado, em sentença, por unanimidade de votos, julgou procedente em parte os pedidos da reclamante. Reconheceu o vínculo de emprego e condenou a reclamada ao pagamento de: aviso prévio, 13º salário proporcional, férias proporcionais com o terço constitucional, FGTS e multa de 40% do FGTS. Determinou, ainda, que a reclamada procedesse a anotação da CTPS da reclamante. O pedido de reintegração foi indeferido, visto que ficou comprovado que à época da saída, nem mesmo a reclamante tinha conhecimento da gestação (sentença às fls. 72 a 75).</p>
<b>2ª INSTÂNCIA</b>	Não houve

<b>RELATOR</b>	
<b>REVISOR</b>	
<b>DECISÃO</b>	
<b>ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO PROCESSO</b>	REGULAR
<b>RESPONSÁVEL</b>	Aurélia Cristina Baião Melo